

João Eduardo Lopes Queiroz

# MANUAL DE DIREITO DA INOVAÇÃO

Aspectos institucionais teóricos  
e práticos do modelo cooperativo  
para Ciência, Tecnologia e  
Inovação trazido pela  
Emenda Constitucional  
nº 85/2015 de acordo com a Lei  
nº 10.973/2004 (modificada pela  
Lei nº 13.243/2016) e suas recentes  
regulamentações

**Prefácio**

*Guilherme Ary Plonski*

**Área específica**

DIREITO CONSTITUCIONAL.

**Áreas afins do livro**

DIREITO ADMINISTRATIVO; DIREITO  
ECONÔMICO; CIÊNCIAS E TECNOLOGIA; GESTÃO  
DA INOVAÇÃO; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

**Palavras-chave**

DIREITO À INOVAÇÃO. CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO. FOMENTO À INOVAÇÃO.  
INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA INOVAÇÃO.  
AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. INOVAÇÃO  
TECNOLÓGICA.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 3233

# manual de direito da inovação

Aspectos institucionais teóricos e práticos do modelo cooperativo para Ciência,  
Tecnologia e Inovação trazido pela Emenda Constitucional nº 85/2015 de acordo com a  
Lei nº 10.973/2004 (modificada pela Lei nº 13.243/2016) e suas recentes regulamentações

**João Eduardo Lopes Queiroz**

**Prefácio:** Guilherme Ary Plonski

**FORUM**

Este livro aborda o desenvolvimento das políticas públicas para a ciência, tecnologia e inovação desde sua concepção inicial até os dias atuais avaliando o histórico de sua formação dentro do seu ambiente institucional, até o desenvolvimento dos Sistemas de Inovação, em especial o proposto pela Emenda Constitucional nº 85/2015, que promoveu a efetiva constitucionalização das políticas de inovação no Brasil.

Analisa ainda o Marco Regulatório da Ciência, Tecnologia e Inovação, introduzido pela Lei nº 10.973/2004, reformada pela Lei nº 13.243/2016, buscando apresentar os regulamentos federais e estaduais dele decorrentes, destacando a existência de políticas regulatórias de estímulo à inovação nos 27 Estados da Federação, por meio de uma pesquisa detalhada.

Apresenta a importância e o protagonismo das universidades na construção do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, demonstrando na sequência os institutos jurídicos utilizados para o estímulo à ciência, tecnologia e inovação, onde se apresenta uma teoria geral dos estímulos positivos, responsável pela ação fomentadora do Estado, os instrumentos jurídicos de cooperação público-privada mapeando as principais modalidades de acordos de vontade dentro do microsistema jurídico da ciência, tecnologia e inovação e, ainda, as entidades jurídicas participantes desse processo e sua organização.

Por fim, se demonstra a constitucionalidade da cooperação público-privada em projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, e a necessidade de mudança de percepção dos impactos trazidos pela introdução do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em todo o Direito Público brasileiro, que se depara com a necessidade de modernização e incorporação de novos preceitos diante da convivência entre os setores públicos e privados em um ambiente marcado pelo dinamismo, negociação e flexibilização de regras para a garantia da efetividade da opção constitucional pelo estímulo à inovação no setor produtivo.

Q3m	<p>Queiroz, João Eduardo Lopes</p> <p>Manual de direito da inovação: aspectos institucionais teóricos e práticos do modelo cooperativo para ciência, tecnologia e inovação trazido pela Emenda Constitucional nº 85/2015 de acordo com a Lei nº 10.973/2004 (modificada pela Lei nº 13.243/2016) e suas recentes regulamentações / João Eduardo Lopes Queiroz. Belo Horizonte: Fórum, 2024.</p> <p>539p. 14,5x21,5cm</p> <p>ISBN 978-65-5518-644-4</p> <p>1. Direito à inovação. 2. Ciência, tecnologia e inovação. 3. Fomento à inovação. 4. Instrumentos jurídicos da inovação. 5. Autonomia universitária. 6. Inovação tecnológica. I. Título.</p> <p>CDD: 303.483 CDU: 34</p>
-----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

QUEIROZ, João Eduardo Lopes. *Manual de direito da inovação*: aspectos institucionais teóricos e práticos do modelo cooperativo para ciência, tecnologia e inovação trazido pela Emenda Constitucional nº 85/2015 de acordo com a Lei nº 10.973/2004 (modificada pela Lei nº 13.243/2016) e suas recentes regulamentações. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 539p. ISBN 978-65-5518-644-4

### **João Eduardo Lopes Queiroz**

Procurador da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Doutor em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, na subárea Transformações na Ordem Econômica e Social, Tecnologia e Inovação. Mestre em Soluções Alternativas de Controvérsias Empresariais pela Escola Paulista de Direito. Professor titular do Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Autor e/ou coordenador dos livros: Curso de Direito Administrativo Econômico – Volumes I, II e III (Ed. Malheiros); Direito Administrativo Econômico (Ed. Atlas); Direito Administrativo – Tomos I e II (Ed. Elsevier); Direito do Agronegócio (Ed. Fórum); Direito Administrativo – Série Universitária (Ed. Forense); Direito Administrativo das Agências Reguladoras (Ed. Lumen Juris); Manual de Soluções Extrajudiciais de Conflitos na Administração Pública (Ed. Thoth); Autonomia Universitária: 30 anos no Estado de São Paulo (Ed. Unesp); Procedimentos Auxiliares das Licitações e das Contratações Administrativas (Ed. Fórum).

PREFÁCIO	
<b>Guilherme Ary Plonski</b> .....	19
INTRODUÇÃO .....	23
CAPÍTULO 1	
AMBIENTE INSTITUCIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E	
INOVAÇÃO .....	39
1 Instituições e ambiente institucional: teorias aplicáveis à	
ciência, tecnologia e inovação .....	40
1.2 Histórico da formação da política científica .....	47
1.3 Estrutura orgânica – componentes da ciência, tecnologia e	
inovação no Brasil .....	65
1.4 Sistema e ecossistema de ciência, tecnologia e inovação .....	69
1.4.1 Sistemas de inovação.....	69
1.4.2 Ecossistema de inovação.....	77
1.5 Sistemas de ciência, tecnologia e inovação em outros países .....	79
1.5.1 Finlândia .....	80
1.5.2 Canadá.....	80
1.5.3 Japão .....	81
1.5.4 Singapura .....	82
1.5.5 Israel .....	82
1.5.6 Quênia .....	83
CAPÍTULO 2	
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E	
INOVAÇÃO .....	85
2.1 A constitucionalização da ciência e tecnologia nas	
Constituições precedentes à Constituição de 1988 .....	86
2.2 A constitucionalização da ciência e tecnologia na Constituição	
de 1988.....	90
2.3 A constitucionalização da ciência, tecnologia e inovação na	
Constituição de 1988 através da Emenda Constitucional nº	
85/2015.....	97
CAPÍTULO 3	
DISCIPLINA INFRACONSTITUCIONAL DA CIÊNCIA,	
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO .....	117
3.1 Leis e outros atos normativos federais .....	117
3.2 Leis e outros atos normativos estaduais .....	117
3.3 Normas constitucionais estaduais .....	119
3.4 Disposições autonômicas das universidades .....	119
CAPÍTULO 4	
O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA	
NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO .....	121
4.1 Autonomia universitária e ciência, tecnologia e inovação .....	121
4.2 As universidades como protagonistas no sistema nacional de	
ciência, tecnologia e inovação .....	138

## CAPÍTULO 5

### INSTITUTOS JURÍDICOS UTILIZADOS PARA ESTÍMULO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO .....

143	143
5.1	Os estímulos positivos .....
5.1.1	Teoria geral dos estímulos positivos.....
5.1.2	Os estímulos positivos como <i>modus operandi</i> da ação fomentadora do Estado.....
5.1.3	A ação fomentadora do Estado no Direito Comparado.....
5.1.3.1	França .....
5.1.3.2	Alemanha.....
5.1.3.3	Portugal.....
5.1.3.4	Espanha .....
5.1.3.5	Argentina .....
5.1.4	A ação fomentadora do Estado no Brasil .....
5.1.5	Modalidades de estímulos positivos .....
5.1.6	Espécies de estímulos positivos.....
5.1.6.1	Subsídios .....
5.1.6.2	Subvenção .....
5.1.6.3	Remanejamento fiscal .....
5.1.6.4	Preempção aos produtos nacionais.....
5.1.6.5	Empréstimos com juros favoráveis .....
5.1.6.6	Apoio técnico.....
5.1.7	A ação fomentadora do Estado na ciência, tecnologia e inovação através dos estímulos positivos .....
5.2	Instrumentos jurídicos de cooperação público-privada .....
5.2.1	Instrumentos contratuais .....
5.2.1.1	A noção de pacto, acordo, contrato ou termo para a teoria geral do Direito .....
5.2.1.2	As noções de pacto, acordo, contrato ou termo para o Direito Administrativo .....
5.2.2	Instrumentos cooperativos .....
5.2.3	Instrumentos de outorga .....
5.2.4	Modalidades de acordos de vontade da Administração do microsistema jurídico da ciência, tecnologia e inovação.....
5.2.4.1	Acordo de parceria para ciência, tecnologia e inovação .....
5.2.4.2	Contrato de licenciamento exclusivo e não exclusivo.....
5.2.4.3	Transferência de tecnologia.....
5.2.4.4	Encomenda tecnológica .....
5.2.4.5	Transferência de <i>know-how</i> .....
5.2.4.6	Parcerias para desenvolvimento produtivo.....
5.2.4.7	Termo de outorga de cessão de uso de infraestrutura para P&I
5.2.4.8	Termo de outorga de bolsas .....
5.2.4.9	Convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação.....
5.2.4.10	Convênios de educação, ciência, tecnologia e inovação.....
5.2.4.11	Contrato de prestação de serviços técnicos especializados.....
5.2.4.12	Acordo de cooperação internacional para ciência, tecnologia e inovação .....
5.3	Entidades jurídicas .....
5.3.1	Universidades públicas e privadas .....
5.3.2	Instituição científica, tecnológica e de inovação (ICTs) .....
5.3.3	Núcleo de inovação tecnológica (NITs) .....
5.3.4	Entidades de apoio .....
5.3.4.1	Fundações de apoio.....
5.3.4.2	Associações e institutos .....
5.3.4.3	Cooperativas.....
5.3.5	Agências de fomento e/ou fundações de amparo à pesquisa .....
5.3.6	Incubadora de empresas.....
5.3.7	Parques científicos, de inovação e tecnológicos .....
5.3.8	Polos tecnológicos.....

5.3.9	Centros de pesquisa .....	349
5.3.10	Escritórios de apoio à pesquisa.....	350
5.3.11	Aceleradoras de negócios.....	350
5.3.12	Empresas de pesquisa e inovação .....	351
5.3.12.1	<i>Startups</i> .....	351
5.3.12.2	Empresas estatais de pesquisa e inovação .....	355
5.3.13	Instituições nacionais de pesquisa científica e tecnológica .....	358
5.3.14	Distritos de inovação.....	361
5.4	O papel dos instrumentos e entidades jurídicas na construção do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação .....	367

## CAPÍTULO 6

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO .....		369
6.1	Políticas públicas para institucionalização dos sistemas de inovação .....	370
6.2	Os atores dos sistemas de inovação responsáveis por sua institucionalização .....	379
6.3	Principais gargalos jurídicos à institucionalização .....	382
6.4	Assédio institucional como perigo sempre iminente para a consolidação do SNCTI .....	388
6.5	Institucionalização do SNCTI e a EC nº 85/2015 .....	395

## CAPÍTULO 7

A CONSTITUCIONALIDADE DA COOPERAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA EM PROJETOS DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO .....		397
7.1	Comentário contextual à constitucionalidade da EC nº 85/2015 .....	397
7.2	Considerações de <i>lege ferenda</i> para superar o obstáculo da insegurança jurídica no SNCTI .....	402

CONCLUSÃO .....	407
-----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	411
ANEXO A: NORMAS FEDERAIS DE C,T&I.....	443
ANEXO B: ANÁLISE DA LEI FEDERAL DE C,T&I EM CONFRONTO COM ALGUMAS LEIS ESTADUAIS DE C,T&I.....	449
ANEXO C: NORMAS ESTADUAIS ESPARSAS SOBRE C,T&I.....	479
ANEXO D: NORMAS CONSTITUCIONAIS ESTADUAIS DE C,T&I SEPARADAS POR ARTIGOS.....	505
ANEXO E: DISPOSIÇÕES AUTONÔMICAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.....	535